

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Eduardo Leite anuncia que vai disputar a reeleição

Ex-governador volta atrás e decide concorrer a um segundo mandato

/ ELEIÇÕES 2022

Marcus Meneghetti

marcus@jornaldocomercio.com.br

Embora se manifestasse contrário à reeleição desde antes de vencer a eleição ao Palácio Piratini em 2018, o ex-governador Eduardo Leite (PSDB) anunciou ontem que vai disputar um segundo mandato. O anúncio foi feito em uma coletiva na sede estadual do partido, após reunião da direção partidária. No anúncio, Leite estava acompanhado do atual governador, que foi seu vice, Ranolfo Vieira Junior (PSDB), de secretários de Estado, prefeitos tucanos e deputados estaduais.

Leite se manifestou diversas vezes contrário à reeleição. Chegou a dizer que não concorreria a um segundo mandato, da mesma forma que não havia buscado a reeleição na prefeitura de Pelotas. Entretanto, já dava indícios de que mudaria de posição em março, quando renunciou ao cargo de governador para tentar concorrer à presidência da República. Na ocasião, ele disse que “a renúncia não tirava nenhuma possibilidade e abria todas.” Inclusive, a disputa por um segundo mandato no Piratini.

Em maio, o pré-candidato tucano ao Planalto, João Dória, desistiu de concorrer à presidência. Então, o diretório nacional do PSDB optou por abrir mão da candidatura própria para apoiar a senadora Simone Tebet, que deve concorrer a presidente pelo MDB.

Ontem, depois de definido o cenário nacional, Leite anunciou sua pré-candidatura ao governo do Estado. Conforme o próprio tucano, ele começou a repensar sua posição contra a reeleição ainda em janeiro,



Nome do ex-governador foi confirmado após reunião da direção partidária

após lideranças partidárias e da sociedade pedirem para ele concorrer outra vez. Em fevereiro, no encontro estadual do PSDB gaúcho, várias lideranças tucanas pediram que o ex-governador concorresse a um segundo mandato no Piratini.

Conforme Leite, ele decidiu disputar a reeleição, porque o projeto do seu governo está ameaçado. “Minha decisão foi fortalecida pelo que vimos nos últimos meses, quando pré-candidatos de condução mais populista, buscando agradar nichos eleitorais à esquerda e à direita, atacaram o programa que defendemos para o Estado. Em especial, o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) sofreu ataques da esquerda e da direita, quando precisamos votar na Assembleia Legislativa o Teto de Gastos.”

O projeto que instituiu o Teto no Rio Grande do Sul foi aprovado em maio, com 32 votos favoráveis e 13 contrários. A medida era o último requisito para o Rio Grande do Sul entrar efetivamente no RRF.

Quanto à quebra do compromisso de não concorrer ao mesmo

cargo, Leite alegou que só aceitou disputar outro mandato porque não está mais no cargo de governador.

“Foi pela possibilidade de a reeleição se apresentar como um caminho (a partir de janeiro), que a renúncia se mostrou um imperativo. A única condição que eu aceitaria me apresentar novamente à população (como candidato ao Piratini) seria se não estivesse no cargo. Porque a minha crítica à reeleição sempre veio muito em relação aos governantes que concorrem a um segundo mandato, muitas vezes, claro que tem exceções, fazendo uso do governo para garantir força às suas candidaturas.” E arrematou: “Por isso, disse em março que a renúncia me abria todas as possibilidades, e não me tirava nenhuma”. Apesar de não fazer parte do governo oficialmente, Leite tem participado de inaugurações junto com Ranolfo. Questionado se isso não daria impulso a sua candidatura, mesmo fora do cargo, disse que havia ido a algumas cerimônias, porque tinha encaminhado muitas obras enquanto estava à frente do governo.

Com Leite no pleito, cenário eleitoral começa a se definir

Com a pré-candidatura de Eduardo Leite (PSDB) no lugar da do governador Ranolfo Vieira Júnior (PSDB), o cenário eleitoral começa a ficar mais claro. Hoje, a corrida ao Piratini conta com 12 candidatos. Entretanto, há a expectativa de que algumas candidaturas se unifiquem.

Existe a possibilidade de se repetir no RS a aliança entre PSDB e MDB - consolidada nacionalmente em torno da candidatura à presidência da senadora Simone Tebet

(MDB). Com isso, entre os partidos de centro, as candidaturas de Leite e do deputado estadual Gabriel Souza (MDB) se fundiriam em uma chapa.

No campo de centro-esquerda, há negociações em torno de possíveis composições do PSB - que trabalha com o nome de Beto Albuquerque - com o PT ou PDT. O PT tem como pré-candidato o deputado estadual Edegar Pretto. O PDT, o ex-deputado Vieira da Cunha.

Na direita, o PP foi o primei-

ro a lançar um nome ao governo: o senador Luis Carlos Heinze (PP). A chapa tem como vice a vereadora de Porto Alegre Tanise Sabino (PTB). O PL lançou o ministro Onyx Lorenzoni.

Além desses nomes, figuram o líder comunitário Marco Della Nina (Patriotas), o vereador Pedro Ruas (PSOL), o empresário Roberto Argenta (PSC), o advogado Ricardo Jobim (Novo), e a professora Rejane de Oliveira (PSTU).



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Déficit de professores nas universidades

As dificuldades enfrentadas pelo Ensino Superior são cada vez maiores. As universidades federais têm um déficit de cerca de 11 mil professores e técnicos. Os números constam em documento que o Ministério da Educação (MEC) enviou no final de maio ao Ministério da Economia. O MEC calcula que dos 8.373 cargos de docentes prometidos às universidades, só 4.644 foram, de fato, autorizados.

Dificuldades para laboratórios

São vagas para atender graduações criadas na última década, como de Medicina, ou na expansão de cursos já existentes, mas os cargos não foram autorizados pelo governo federal. Com isso, as instituições suspendem aulas, convocam docentes voluntários, deslocam professores de um campus a outro, e relatam dificuldades para usar laboratórios.

Meta: 33% dos jovens nas universidades

O esforço terá que ser grande para que seja cumprido o objetivo fixado em lei, ou seja, uma das metas para a educação é ter 33% dos jovens no Ensino Superior até 2024. Hoje são 23,8%.

Revisão da universidade pública

Na opinião do deputado federal gaúcho Jerônimo Goergen (PP, foto), “as universidades públicas, atualmente, acabam tendo mais um debate político ideológico, do que um papel de pesquisa”. Ele defende uma revisão da universidade pública na sociedade. “Isso é uma situação que a gente lamenta muito, ao depender de orçamento público, qualquer instituição tem dificuldade”, acentua o parlamentar. O congressista defende que há necessidade de um debate sobre qual o retorno do aluno que ganha sua formação da universidade. “Não há esse retorno.”



VINICIUS LOURES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/IC

Trabalho comunitário

Para Goergen, o aluno poderia dar um retorno em forma de trabalho comunitário. “Por exemplo, o aluno que se forma médico na Ufrgs (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) pode dedicar pelo menos uma hora por dia para retribuir. Ou também abrir a possibilidade daquele aluno que tem condições financeiras, remunerar a faculdade. A universidade pública deveria ter um papel de se concentrar mais nas pesquisas”, defende o congressista.

Comprar vagas nas universidades

Além disso, na visão de Jerônimo Goergen, “o governo poderia comprar vagas nas universidades privadas muito mais baratas do que numa estrutura pública. Com isso, remuneraria o privado e diminuiria o custo do Estado. Para isso, precisaria uma revisão da universidade pública na sociedade. Essa é a leitura que eu tenho, senão o salário passa a ser problema. As pessoas querem mais salários e têm esse direito, os valores não são repostos e as universidades acabam com esse déficit de professores e técnicos”, diz o congressista.

Eleitor deve escolher projetos

O ex-presidente Michel Temer (MDB) fez uma avaliação do momento político do País ao Programa do Bial. Questionado se a eleição está decidida ou se haverá uma virada de Jair Bolsonaro (PL) sobre Luiz Inácio Lula da Silva (PT), respondeu: “Difícil de dizer. Ainda tem quatro meses pela frente para saber o que pode acontecer. É muito tempo. Espero que aconteça a melhor escolha, quem tiver que escolher que escolha projetos e não pessoas, e quem for eleito que assuma e cumpra o mandato da melhor maneira possível”.